



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – DER-ES  
INSTITUTO DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – IOPES

BOLETIM INFORMATIVO – EDITAL 01/2008

**Cód. IOPES-226 – Técnico Superior de Suporte  
Gestão Orçamentária e Financeira – Contabilidade Pública**

1. Julgue as alternativas a seguir e assinale a incorreta.
  - A) A Lei de Orçamento contera a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômico-financeira.
  - B) Os valores referentes ao refinanciamento da dívida também fazem parte da esfera fiscal.
  - C) A Lei de Diretrizes Orçamentárias terá vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato do chefe do executivo.
  - D) A Lei de Diretrizes Orçamentárias define as prioridades e metas da administração pública.
2. Sobre o princípio da publicidade é correto o que se afirma:
  - A) A adoção desse princípio evita a proliferação de orçamentos dentro de um mesmo nível de governo.
  - B) Engloba todas as receitas a serem arrecadadas e todas as despesas a serem realizadas.
  - C) Estabelece que cada ano civil deverá ser elaborada nova lei orçamentária.
  - D) É um princípio constitucional que norteia todos os atos da administração pública, complementando o aspecto formal, incluindo os atos relativos a pessoal e os de natureza financeira, patrimonial e contábil.
3. Assinale a opção que contenha somente ingressos extra-orçamentários.
  - A) Recebimento de depósitos não identificados, receita de alienação de bens e recebimento de cauções em dinheiro.
  - B) Recebimento de cauções em dinheiro, retenções a pagar e recebimento de depósitos de terceiros.
  - C) Retenções a pagar, recebimento de depósitos de terceiros e operações de crédito por antecipação da receita.
  - D) Recebimento de taxas, recebimento de depósitos de terceiros e recebimento de cauções em dinheiro.
4. Assinale a alternativa que representa o estágio da receita orçamentária, denominado recolhimento.
  - A) Compreende a entrega do produto da arrecadação por parte dos agentes arrecadadores ao Tesouro público.
  - B) É o ato pelo qual os contribuintes comparecem perante os agentes arrecadadores e realizam o pagamento dos seus tributos.
  - C) Consiste na identificação do devedor ou da pessoa do contribuinte, discriminando a espécie, o valor e o vencimento do tributo que cada um deve pagar.
  - D) Compreende a estimativa da receita quando da elaboração do orçamento.
5. Analise as afirmativas a seguir:
  - I. A desincorporação de ativos por venda, consideradas como receita de capital, deverá ser aplicada em despesas correntes, como forma de manter preservado o patrimônio público.
  - II. As disponibilidades de caixa de regimes de previdência não poderão ser aplicadas em títulos da dívida pública estadual e municipal.
  - III. Quando houver lei própria para a receita de alienação de bens poderá ser utilizada para o financiamento dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores.
  - IV. As disponibilidades de caixa dos regimes de previdência não poderão ser utilizadas para concessão de empréstimos aos segurados e ao Poder Público, inclusive empresas controladas.

Das afirmativas acima estão corretas:

- A) apenas I, II e III.
- B) apenas II, III e IV.
- C) apenas I, III e IV.
- D) apenas III e IV.

6. Julgue as alternativas a seguir e assinale a correta.
- A) Inventário inicial é aquele realizado quando da criação de uma unidade gestora, para identificação e registro dos bens sob a sua responsabilidade.
  - B) Inventário de transferência de responsabilidade é aquele que é realizado quando da extinção ou transformação da unidade gestora.
  - C) Inventário eventual é aquele realizado somente se exigido pelo controle externo.
  - D) A relação carga é realizada somente para bens e materiais extraviados.
7. Considere o lançamento contábil a seguir:
- D – Contrato de serviços  
C – Direitos e obrigações contratadas
- Esse lançamento pertence ao sistema:
- A) patrimonial.
  - B) financeiro.
  - C) de compensação.
  - D) orçamentário.
8. Sobre o balanço financeiro é incorreto o que se afirma em:
- A) Os restos a pagar processados e não processados fazem parte da dívida fluante.
  - B) As contas de disponível são informadas pelos seus saldos: anterior (na coluna de receitas) e atual (na coluna de despesas).
  - C) O balanço financeiro será demonstrado conforme Anexo 13 da Lei nº 4.320/64.
  - D) Os restos a pagar inscritos do exercício serão computados na receita orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.
9. Julgue as alternativas a seguir e indique a correta.
- A) Receita arrecadada menor que receita prevista demonstra que houve excesso de arrecadação.
  - B) Despesa fixada maior que despesa realizada demonstra economia na realização de despesas.
  - C) Quando o total da receita corrente realizada supera o da despesa de capital podemos afirmar que houve um superávit do orçamento corrente.
  - D) A capitalização ocorre quando há aplicação dos recursos de capital em despesas correntes.
10. O resultado patrimonial, na demonstração das variações patrimoniais, é apurado pela diferença entre:
- A) o ativo financeiro e o passivo financeiro.
  - B) ingressos e dispêndios extra-orçamentários.
  - C) variações ativas e passivas.
  - D) as receitas previstas e despesas fixadas.
11. Sobre o balanço patrimonial é incorreto o que se afirma em:
- A) No passivo financeiro encontraremos a chamada dívida fluante.
  - B) No ativo compensado encontramos os atos administrativos que podem vir a afetar o patrimônio no futuro.
  - C) Quando o ativo real for maior que o passivo real, a diferença denomina-se superávit da execução orçamentária.
  - D) O estoque está representado no ativo permanente.
12. Analise o lançamento contábil abaixo:
- D – Crédito inicial  
C – Crédito disponível
- Esse lançamento refere-se a:
- A) fixação da despesa orçamentária.
  - B) previsão da receita.
  - C) realização da receita.
  - D) inscrição da dívida ativa.

13. Analise o lançamento contábil abaixo e indique a qual fato se refere:

- D – Decréscimos patrimoniais
- C – Bens móveis

- A) saída de material de consumo do almoxarifado.
- B) baixa de bens móveis por doação.
- C) mutação passiva.
- D) alienação de bens.

14. Analise as afirmativas abaixo.

- I. A Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) em seu Art. nº 18, parágrafo 1º dispõe que os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como “Outras Despesas Correntes – Pessoa Física”.
- II. Despesa obrigatória de caráter continuado é a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo cuja obrigação de execução ultrapasse o período de dois exercícios.
- III. O limite de despesa com pessoal da União estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal é de cinquenta por cento da receita corrente líquida.
- IV. O Relatório de Gestão Fiscal da Câmara de Vereadores conterá apenas dados relacionados à despesa de capital.
- V. O Relatório de Gestão Fiscal deverá conter despesa total com pessoal, distinguindo-a com inativos e pensionistas.

Das afirmativas estão corretas:

- A) I, II e IV, apenas.
- B) I, III e V, apenas.
- C) III, IV e V, apenas.
- D) II, III e V, apenas.

15. É incorreto afirmar sobre o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, conforme Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal) que:

- A) os municípios com menos de 100 mil habitantes podem divulgar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária semestralmente.
- B) o Relatório Resumido da Execução Orçamentária abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público e será publicado até 30 dias após cada bimestre.
- C) deverão conter no Relatório Resumido de Execução Orçamentária as despesas por grupo de despesa, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo.
- D) os municípios com menos de 50 mil habitantes podem divulgar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária semestralmente.

16. Sobre o controle interno é incorreto o que se afirma em:

- A) A fiscalização financeira e orçamentária da União será exercida pelo Congresso Nacional através de controle interno e dos sistemas de controle externo do Poder Executivo instituídos por lei.
- B) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária.
- C) Manterá, de forma integrada, sistema de controle interno os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, conforme determina Art. nº 74 da Constituição Federal.
- D) O Relatório de Gestão Fiscal também deverá ser assinado pelo responsável de controle interno.

17. Sobre a prestação e tomada de contas anual é correto o que se afirma em:

- A) Um dos objetivos da fiscalização do Tribunal de Contas é verificar se o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 80% do limite estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- B) O ordenador de despesa não é considerado responsável no processo de tomada e prestação de contas.
- C) O Tribunal de Contas deverá averiguar as restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal às operações com o Banco Central do Brasil.
- D) A tomada de contas extraordinária deverá ser elaborada ao final de cada exercício financeiro.

18. Sobre o pagamento de restos a pagar do exercício anterior é correto afirmar que:
- A) é uma despesa orçamentária e pertence ao sistema orçamentário.
  - B) é uma despesa extra-orçamentária e pertence ao sistema orçamentário.
  - C) é uma despesa orçamentária e pertence ao sistema patrimonial.
  - D) é uma despesa extra-orçamentária e pertence ao sistema financeiro.
19. Ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição, conforme prescreve o Art. nº 58 da Lei nº 4.320/64, refere-se a:
- A) liquidação.
  - B) pagamento.
  - C) empenho.
  - D) fixação.
20. Julgue as afirmativas abaixo sobre regime de adiantamento e marque a incorreta.
- A) O regime de adiantamento tem a finalidade de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.
  - B) O regime de adiantamento é aplicável aos casos de despesas expressamente definidas em lei e consiste na entrega de numerário ao servidor.
  - C) Não se fará adiantamentos a servidor em alcance nem a responsável por três adiantamentos.
  - D) Sempre será precedida de empenho a realização de despesa pelo regime de adiantamento.
21. Julgue as sentenças a seguir e indique a correta:
- A) O Poder Executivo deverá elaborar estimativa do impacto orçamentário-financeiro para as renúncias de receita, quando houver concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.
  - B) A Lei de Responsabilidade Fiscal prevê que os limites de endividamento da dívida pública deverão ser fixados pela Secretaria do Tesouro Nacional.
  - C) O Senado Federal baixará normas específicas para regulamentar os procedimentos operacionais das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.
  - D) Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que tiverem sido incluídos, não farão parte da dívida consolidada para fins de aplicação dos limites de endividamento da dívida pública.
22. Analise as alternativas a seguir sobre inventário e indique a correta.
- I. Inventário eventual é aquele que é realizado em qualquer época, por iniciativa do órgão fiscalizador ou por iniciativa do dirigente da unidade gestora.
  - II. O inventário anual é peça necessária à elaboração da prestação de contas anual.
  - III. Inventário de transferência de responsabilidade é aquele que é realizado quando da extinção ou transformação da unidade gestora.
  - IV. Inventário inicial é aquele realizado quando da criação de uma unidade gestora, para identificação e registro dos bens sob a sua responsabilidade.
- A) Apenas I, II e III estão corretas.
  - B) Apenas II, III e IV estão corretas.
  - C) Apenas I, II e IV estão corretas.
  - D) Apenas I, III e IV estão corretas.
23. Analise as alternativas a seguir sobre execução orçamentária e indique a correta.
- I. O limite da despesa total com pessoal na esfera estadual é de 60% da receita corrente líquida.
  - II. Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "outros serviços de terceiros pessoa jurídica".
  - III. A despesa e assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência.
  - IV. Nos três primeiros anos de mandato a prefeitura poderá apresentar um déficit financeiro moderado.
  - V. A edição de normas gerais para consolidação das contas públicas é de responsabilidade do Tribunal de Contas.
- A) Apenas I, II e III estão corretas.
  - B) Apenas I, III e IV estão corretas.
  - C) Apenas II, III e IV estão corretas.
  - D) Apenas I, III e V estão corretas.

24. O pagamento de juros sobre empréstimos é uma:
- A) despesa de capital.
  - B) despesa extra-orçamentária.
  - C) inversão financeira.
  - D) despesa corrente.
25. Analise as alternativas abaixo sobre a receita pública e assinale a correta.
- A) Receita pública não-efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento de direito.
  - B) Receita pública efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidades de recursos foram precedidos de registro de reconhecimento de direito.
  - C) É aplicado para a receita pública o regime de competência.
  - D) Receita pública efetiva altera a situação líquida patrimonial.
26. Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da \_\_\_\_\_, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. Preencha o campo com uma das alternativas abaixo:
- A) reserva de capital.
  - B) reserva de reavaliação.
  - C) reserva legal.
  - D) reserva estatutária.
27. Com relação às reservas estatutárias podemos afirmar que o estatuto poderá criar reservas desde que, para cada uma:
- I. indique, de modo preciso e completo, a sua finalidade;
  - II. fixe os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição;
  - III. estabeleça o limite máximo da reserva e
  - IV. que o limite não ultrapasse a 30% do capital social.
- Estão corretas:
- A) I, II, III e IV.
  - B) II, III e IV, apenas.
  - C) I, II e IV, apenas.
  - D) I, II e III, apenas.
28. O Art. nº 44 do CTN dispõe que a base de cálculo do imposto é o montante \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ ou \_\_\_\_\_, das rendas e proventos tributáveis. Completam as lacunas:
- A) real – líquido – presumido.
  - B) real – presumido – arbitrado.
  - C) bruto – líquido – operacional.
  - D) obrigatório – legal – real.
29. A demonstração das mutações do patrimônio líquido discriminará:
- I. os saldos no início do período; os ajustes de exercícios anteriores;
  - II. as reversões e transferências de reservas e lucros; os aumentos de capital discriminando sua natureza;
  - III. a redução de capital; as destinações do lucro líquido do período;
  - IV. as reavaliações de ativos e sua realização líquida do efeito dos impostos correspondentes;
  - V. o resultado líquido do período; as compensações de prejuízos;
  - VI. os lucros distribuídos; os saldos no final do período.
- Estão corretas:
- A) I, II, III, V e VI, apenas.
  - B) I, II, III, IV e VI, apenas.
  - C) I, II, III, IV, V e VI.
  - D) I, III, IV e VI, apenas.

30. Pertence ao ativo circulante.
- A) adiantamento a fornecedores.
  - B) provisões para imposto de renda.
  - C) empréstimos compulsórios.
  - D) marcas e patentes.

O balanço patrimonial a seguir serve para resolução das questões 31 a 34.

Ativo		Passivo	
AC	285.000,00	PC	190.000,00
RLP	350.000,00	ELP	600.000,00
AP	420.000,00	PL	265.000,00
Total	1.055.000,00	Total	1.055.000,00

31. Sabendo-se que o valor do estoque é de \$ 100.000,00, o índice de liquidez seca é:
- A) 1,50.
  - B) 0,85.
  - C) 0,97.
  - D) 0,80.
32. O índice da participação do capital de terceiros é:
- A) 298,11%.
  - B) 31,67%.
  - C) 33,54%.
  - D) 158,49%.
33. Sabendo-se que o lucro líquido apresentado é de \$ 120.000,00, o índice de retorno sobre o ativo é:
- A) 45,28%.
  - B) 11,37%.
  - C) 28,57%.
  - D) 15,19%.
34. O índice da imobilização dos recursos não correntes é:
- A) 158,02%.
  - B) 39,81%.
  - C) 63,10%.
  - D) 48,55%.
35. As contribuições para o PIS/Pasep e a Cofins, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, serão calculadas com base no seu faturamento, de acordo com o Art. 2º da Lei nº 9.718/98. Esse faturamento se refere a:
- A) receita líquida.
  - B) receita bruta.
  - C) receita bruta – receita líquida.
  - D) receita operacional líquida.
36. Fusão é uma operação na qual se unem duas ou mais sociedades para formar sociedade nova, que lhes sucederá em todas os direitos e obrigações e, assim que constituída a nova companhia, incumbirá aos primeiros administradores promover:
- A) o registro e a escrituração dos fatos contábeis.
  - B) levantar os valores contábeis de venda e aquisição da sociedade.
  - C) apresentar aos acionistas o resultado com a fusão entre as sociedades.
  - D) o arquivamento e a publicação dos atos da fusão.

37. O método da equivalência patrimonial é aplicado pela investidora para avaliação dos investimentos relevantes em sociedades \_\_\_\_\_, sobre cuja administração a investidora tenha \_\_\_\_\_ ou que participe com \_\_\_\_\_ ou mais do capital social da investida, e em sociedades controladas. Completam as lacunas:
- empresariais – participação – 30%.
  - controladas – participação – 30%.
  - coligadas – influência – 20%.
  - anônimas – coligação – 10%.
38. A Companhia Artesanal Artes Belas Ltda. Possui saldo de duplicatas e outras contas a receber no montante de \$ 600.000,00, e a contabilidade da empresa, assessorada pelo departamento de crédito e cobrança, estimou em 5% as perdas prováveis no recebimento desses créditos, pelo fato de alguns clientes estarem em dificuldades financeiras. O lançamento contábil a ser realizado é:
- |   |              |
|---|--------------|
| A) DÉBITO: DESPESAS OPERACIONAIS – DESPESAS DE VENDAS       |              |
| Perdas prováveis no recebimento das vendas a prazo          | \$ 30.000,00 |
| CRÉDITO: ATIVO CIRCULANTE – CONTA RETIFICADORA              |              |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa               | \$ 30.000,00 |
| B) DÉBITO: DESPESAS NÃO OPERACIONAIS – DESPESAS DE CLIENTES |              |
| Perdas improváveis no recebimento das vendas a prazo        | \$ 30.000,00 |
| CRÉDITO: ATIVO NÃO CIRCULANTE – CONTA RATIFICADORA          |              |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa               | \$ 30.000,00 |
| C) CRÉDITO: DESPESAS OPERACIONAIS – DESPESAS DE CLIENTES    |              |
| Perdas Prováveis No Recebimento Das Vendas A Prazo          | \$ 30.000,00 |
| DÉBITO: ATIVO CIRCULANTE – CONTA RETIFICADORA               |              |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa               | \$ 30.000,00 |
| D) DÉBITO: DESPESAS OPERACIONAIS – DESPESAS DE VENDAS       |              |
| Perdas improváveis no recebimento das vendas a prazo        | \$ 30.000,00 |
| CRÉDITO: ATIVO CIRCULANTE – CONTA RETIFICADORA              |              |
| Provisão Para Créditos De Liquidação Duvidosa               | \$ 30.000,00 |
39. As contas denominadas de reservas complementam o capital social na formação do patrimônio líquido das empresas, e as contas denominadas provisões podem ser redutoras do ativo ou obrigações exigíveis. Então podemos afirmar que a reserva de lucros é:
- constituída antes da apuração do resultado do exercício.
  - constituída após a apuração do resultado do exercício.
  - onerada no resultado da empresa.
  - vinculada ao resultado operacional da empresa.
40. Entende-se por vida útil econômica o tempo em que o bem irá demorar:
- para se desgastar pelo uso ou em virtude de novas tecnologias que fazem com que o bem se torne sem condições de uso.
  - para se tornar intangível ou para se tornar obsoleto, em virtude das condições de uso.
  - para se desgastar pelo uso na produção e nas demais atividades empresariais; para se tornar obsoleto, em virtude de novas tecnologias que fazem com que o bem se torne sem condições de uso.
  - para se desgastar nas demais atividades sociais; ou se tornar obsoleto, em virtude de tecnologias antigas que fazem com que o bem se torne sem condições de uso.
41. O ativo imobilizado é a parcela do ativo que se compõe dos bens destinados ao uso e à manutenção da atividade da empresa, inclusive os de propriedade industrial ou comercial. Os elementos do ativo imobilizado podem ser amortizados, e podemos definir que amortização é:
- o processo de transformar em residual um pedaço do valor de aquisição de um ativo destinado ao uso, que será recuperado pela amortização do bem a que se refere e é a diferença entre o valor de aquisição e o valor residual de um ativo destinado ao uso.
  - o processo de transformar em despesa um pedaço do valor de aquisição de um ativo destinado ao uso, que será recuperado pela venda do bem a que se refere e é a diferença entre o custo de aquisição e o valor residual de um ativo destinado ao uso.
  - o processo de transformar em gasto desembolsável um ativo destinado ao uso, que será recuperado pela venda do bem a que se refere, sendo a diferença entre o valor de compra e o valor de venda de um ativo destinado ao uso.
  - o processo de transformar em residual um ativo destinado ao uso, que será recuperado pela venda do de um imobilizado, sendo a diferença entre o custo de aquisição e o valor final de venda de um ativo destinado ao uso.

42. De acordo com o regime de competência, podemos afirmar que:
- A) as receitas são consideradas em razão do seu recebimento, e as despesas em razão do seu pagamento em dinheiro.
  - B) as receitas são consideradas em razão do fato gerador, e as despesas em razão do pagamento em dinheiro.
  - C) as receitas são consideradas em razão do recebimento e as despesas em razão do fato gerador.
  - D) as receitas e despesas são consideradas em razão do seu fato gerador.
43. O balanço patrimonial é composto por contas que são classificadas em grupos e sub-grupos: o patrimônio líquido pela nova Lei das Sociedades Anônimas é dividido em:
- A) capital social, reservas de capital, reservas de reavaliação, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.
  - B) capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e lucros e prejuízos acumulados.
  - C) capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.
  - D) capital social, reservas de capital, reservas de reavaliação, reservas de lucros, ações em tesouraria e lucros e prejuízos acumulados.
44. Os quesitos necessários de uma partida de diário na ordem são os seguintes:
- A) data da operação; conta a ser debitada; conta a ser creditada; histórico da operação; e valor da operação em moeda.
  - B) data da operação; conta a ser creditada; conta a ser debitada; histórico da operação; e valor da operação em moeda.
  - C) data da operação; conta a ser debitada; preposição a; conta a ser creditada; registro oficial; e valor da operação em moeda.
  - D) data da operação; conta a ser debitada; conta a ser creditada; registro oficial; e valor da operação em moeda.
45. As etapas para a elaboração do balanço são as seguintes:
- A) encerramento do balancete de verificação do razão do último mês; encerramento das contas de receitas e de despesas e de ajustes e elaboração das demonstrações patrimoniais e das notas explicativas.
  - B) levantamento do balancete de verificação do razão do último mês; ajustes das contas; encerramento das contas de receitas e de despesas e elaboração das demonstrações financeiras e das notas explicativas.
  - C) levantamento do balancete de verificação do razão do último mês; encerramento das contas de receitas e de despesas e elaboração das demonstrações financeiras e das notas explicativas.
  - D) levantamento do balancete de verificação do razão do último mês; ajustes das contas; encerramento das contas de receitas e de despesas e elaboração das demonstrações patrimoniais e das notas explicativas.
46. Quanto aos princípios fundamentais e aos direitos e garantias fundamentais dispostos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.
- A) A República Federativa do Brasil tem como fundamentos: a soberania, a dignidade da pessoa humana, a cidadania e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
  - B) O Estado prestará assistência judiciária integral e gratuita, aos acusados em geral e aos litigantes, desde que aleguem a insuficiência de recursos, mesmo se não forem reconhecidamente pobres, na forma da lei.
  - C) Não existem direitos nem garantias absolutos, o que implica a possibilidade de limites constitucionais e infraconstitucionais a eles, inclusive no que tange aos direitos e garantias fundamentais.
  - D) O princípio constitucional da presunção de inocência tornou inconstitucional toda prisão que não encontre causa em sentença penal transitada em julgado.
47. No que se refere à organização do Estado, assinale a alternativa correta.
- A) O princípio da moralidade só pode ser aferido pelos critérios pessoais do administrador.
  - B) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável apenas nos casos de dolo.
  - C) Os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público são estáveis após 2 (dois) anos de efetivo exercício.
  - D) Compete privativamente ao Superior Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo a alteração da organização e da divisão judiciárias.



48. Em se tratando da Constituição do Estado do Espírito Santo, analise as proposições e assinale a letra que contenha a ordem que expresse a correlação correta:

V – verdadeiro F – falso

- ( ) São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, podendo qualquer um dos Poderes delegar atribuições de sua competência exclusiva.
  - ( ) Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como o Tribunal de Contas e o Ministério Público Estadual, publicarão anualmente, até o mês de julho, os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.
  - ( ) Perderá o mandato o deputado investido no cargo de ministro de Estado, governador de território, secretário de estado do Distrito Federal, de território e de prefeitura municipal ou de chefe de missão diplomática temporária.
  - ( ) O governador e o vice-governador do estado não poderão ausentar-se do estado e do país sem licença da Assembléia Legislativa, sob pena de perda do cargo, salvo se por período não superior a 15 (quinze) dias.
- A) F/F/V/V.  
B) V/V/F/F.  
C) V/F/V/F.  
D) F/V/F/V.

49. Quanto à Administração Pública, assinale a resposta correta.

- A) Dentre os Poderes do Estado, encontramos o Poder Executivo, cuja função precípua é a conversão da lei em ato individual e concreto (função normativa).
- B) O Estado de direito é aquele organizado juridicamente e obediente às suas próprias leis.
- C) As entidades fundacionais são apenas as pessoas jurídicas de direito privado, devendo a lei definir as respectivas áreas de atuação.
- D) Agentes públicos são os componentes do governo nos seus primeiros escalões, investidos em cargos, funções, mandatos ou comissões, por nomeação, eleição, designação ou delegação para o exercício de atribuições constitucionais.

50. Analise as afirmativas e assinale a alternativa incorreta, no que diz respeito à atividade administrativa.

- A) A publicidade como princípio da administração pública abrange toda atuação estatal, tanto pelo aspecto de divulgação quanto por propiciar o conhecimento da conduta interna e externa de seu agentes.
- B) A administração pública é a gestão de bens e interesses qualificados da comunidade no âmbito federal, estadual ou municipal, segundo os preceitos do direito e da moral, visando ao bem comum.
- C) A administração pública tem natureza de *munus* público para quem a exerce.
- D) Toda atividade do administrador público tem por finalidade o bem comum da coletividade administrada.

51. Analise as proposições sobre organização administrativa e assinale a alternativa correta.

- I. Conforme o Decreto-lei 200/67, a Administração indireta compreende, como categorias de entidades dotadas de personalidade jurídica própria, as autarquias, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
  - II. No Brasil, o direito positivo conceitua a Administração direta federal como a que se constitui de serviços integrados na estrutura administrativa do Legislativo Federal.
  - III. A Administração centralizada ou direta, a saber, a União, os estados e os municípios são pessoas jurídicas políticas dotadas de capacidade específica.
  - IV. A fundação de direito público pode ser considerada patrimônio público, personalizado, dirigido a fim público.
- A) Estão corretos os itens II, III e IV, apenas.  
B) Estão corretos os itens I, II e III, apenas.  
C) Estão corretos os itens I e IV, apenas.  
D) Estão corretos os itens I e II, apenas.

52. Assinale a alternativa correta.

- A) Um dos requisitos necessários ao ato administrativo é a finalidade, que consiste no revestimento exteriorizador do ato, imprescindível à sua perfeição.
- B) Dentre a classificação dos atos administrativos, podemos dizer que são gerais (ou regulamentares), que são expedidos com destinatários determinados e com finalidade informativa.
- C) A revogação é a supressão de um ato discricionário ilegítimo e ineficaz realizada pela Administração.
- D) O ato administrativo típico é sempre manifestação da Administração, no desempenho de suas funções de Poder Público, visando à produção de efeito jurídico.

53. Quanto aos contratos administrativos, assinale a alternativa incorreta.
- A) Em regra, o instrumento do contrato é o termo, registrado em livro próprio da repartição contratante ou, se for o caso, por escritura pública (direitos reais sobre imóveis).
  - B) Contrato administrativo é o acordo que a Administração Pública, agindo nessa qualidade, firma exclusivamente com particular para a consecução de objetivos de interesse público, nas condições fixadas pela própria Administração.
  - C) A execução contratual diz respeito ao cumprimento de seu objeto, dentro dos prazos estipulados e nas condições ajustadas.
  - D) A modalidade de licitação necessária para o contrato de concessão de direito real de uso é a concorrência.
54. Em relação ao controle da Administração Pública, analise as proposições e assinale a letra que contenha a ordem que expresse a correlação correta:
- V – verdadeiro F – falso
- ( ) O controle da Administração Pública é a faculdade de vigilância, orientação e correção que um Poder, órgão ou autoridade exerce sobre a própria conduta funcional ou sobre a de outro.
  - ( ) O controle administrativo é um controle exclusivamente de legalidade.
  - ( ) O controle legislativo é exercido pelos órgãos legislativos, ou seja, pelo Congresso Nacional, pelas Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores, ou por comissões parlamentares sobre determinados atos do executivo.
  - ( ) O controle judiciário é exercido privativamente pelos órgãos do Poder Judiciário sobre os atos administrativos do Executivo, do Legislativo e do próprio Judiciário quando realizam atividade administrativa.
- A) V/F/V/V.
  - B) F/F/V/F.
  - C) V/V/F/F.
  - D) V/F/F/V.
55. Quanto ao regime jurídico dos servidores do Estado do Espírito Santo, assinale a alternativa errada.
- A) O cargo público é provido por nomeação, ascensão, aproveitamento, reintegração e reversão.
  - B) É requisito para a posse a declaração do empossando de que exerce ou não outro cargo ou função pública.
  - C) O servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo, se exonerado durante o período de licença médica ou férias, fará jus ao recebimento da remuneração respectiva, até o prazo final do afastamento.
  - D) É assegurado ao servidor público, na forma do Art. 122, IX, o direito à licença para o desempenho de mandato em associação de classe, sindicato, federação ou confederação, representativos da categoria de servidores públicos, com todos os direitos e vantagens inerentes ao cargo.

## Questões dissertativas

### Balanço Orçamentário

1. Com base nos dados a seguir, elabore o balanço orçamentário conforme anexo 12 da Lei nº 4.320/64. Após isso, analise os resultados obtidos nos orçamentos correntes e de capital, assim como em sua totalidade, referentes à execução orçamentária.

Receitas correntes previstas:	1.000,00	Receitas correntes arrecadadas:	1.200,00
Receitas de capital previstas:	1.500,00	Receitas de capital arrecadadas:	1.000,00
Despesas correntes fixadas:	900,00	Despesas correntes empenhadas:	900,00
Despesas de capital fixadas:	1.400,00	Despesas de capital empenhadas:	900,00

### Balanço Orçamentário

Receita				Despesa			
Título	Previsão	Execução	Diferença	Título	Fixação	Execução	Diferença
Receita Corrente				Despesa Corrente			
Receita Capital				Despesa de Capital			
Soma				Soma			
Déficit Corrente				Superávit Corrente			
Déficit Capital				Superávit Capital			
Total				Total			

Análise:

Inventário

2. Conforme Lei nº 4.320/64 quais são os materiais que devem ser classificados como permanentes e como devem ser avaliados os bens de almoxarifado?

### OBS.:

As respostas às questões dissertativas formuladas deverão ser respondidas exclusivamente nas folhas destinadas a essa finalidade, não havendo folhas para rascunho ou para uso de informações adicionais.

A tabela acima com as respectivas respostas devem ser transcritas na folha exclusiva para as respostas às questões dissertativas.